

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.688.918 - RJ (2017/0186943-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXERCITO - FHE
ADVOGADOS : ERIK FRANKLIN BEZERRA - DF015978
MÁRCIO DE ALMEIDA CAMARGO E OUTRO(S) - RJ111356
RECORRIDO : SILVIO HENRIQUE DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.

1. 'São absolutamente impenhoráveis: (...) IV - os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo (...)', nos termos do art. 649, IV, CPC.

2. Cumpre destacar, por relevante, que, de fato, o contrato firmado entre a recorrente e o agravado autoriza a consignação em folha de pagamento para o resgate das prestações acordadas, entretanto, caberia a ela (agravante) providenciar, junto à entidade a que a recorrida estava vinculada quando da formalização do ajuste, a efetivação do desconto contratualmente previsto, fato este não comprovado nos presentes autos, ou então demonstrar que a cessação deu-se de forma unilateral, em descompasso com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, no sentido de que aquela medida é perfeitamente cabível e não configuraria penhora de vencimentos.

3. A ausência de comprovação dos fatos acima descritos acerca do desconto em folha de pagamento, comprovação essa que se mostra fundamental para análise das alegações recursais, inviabiliza o processamento do recurso interposto, neste particular.

4. Embora tenha o agravado autorizado a consignação em folha de pagamento na celebração do contrato de empréstimo, isto se deu na fase e para efeitos extrajudiciais, e respeitados os limites legais de consignação. Já agora, o desconto requerido pela agravante se dá para fins de execução judicial, e consiste, pois, em penhora de salário, o que é vedado pelo art. 649, IV do CPC.

5. Uma vez constatada a impenhorabilidade das verbas salariais e não comprovadas as alegações acerca do desconto em folha, em especial o início e eventual cessação indevida, impõe-se a negativa de seguimento do presente recurso.

6. Agravo interno conhecido e desprovido" (e-STJ fls. 253/254).

Superior Tribunal de Justiça

No especial, além de divergência jurisprudencial, o recorrente alega violação dos artigos 14, 15 e 16 da Medida Provisória nº 2.215-10/2001; 1º da Lei nº 1.046/1950, com redação dada pela Lei nº 2.853/1956 e Decreto nº 6.386/2008, que regulamenta o artigo 45 da Lei nº 8.112/1990.

Sustenta que a consignação em folha de pagamento é legal e não se enquadra na proibição legal do artigo 649, IV, do CPC/1973.

Aduz ser perfeitamente possível o restabelecimento da consignação no percentual de 30% (trinta por cento) dos vencimentos, única garantia exigida no empréstimo concedido.

Em dissídio, defende a possibilidade de desconto de prestação de empréstimo bancário na folha de pagamento.

Após a apresentação das contrarrazões (e-STJ fls. 288/292), o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto pela recorrente contra a decisão que indeferiu o requerimento de consignação do débito da parte recorrida objeto da execução em folha de pagamento.

O Tribunal de origem, confirmando a decisão monocrática proferida pelo desembargador relator, manteve tal entendimento com base na seguinte fundamentação:

"(...)

Ainda que o contrato firmado entre a recorrente e o agravado autorize a consignação em folha de pagamento para o resgate das prestações acordadas, caberia a ela (agravante), no entanto, providenciar, junto à entidade a que o recorrido estava vinculado quando da formalização do ajuste, a efetivação do desconto contratualmente previsto, fato este não comprovado nos presentes autos, ou então demonstrar que a cessação deu-se de forma unilateral, em descompasso com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, no sentido de que aquela medida é perfeitamente cabível e não configuraria penhora de vencimentos.

(...)

Embora tenha o agravado autorizado a consignação em folha de pagamento na celebração do contrato de empréstimo, isto se deu na fase e para efeitos extrajudiciais, e respeitados os limites legais de consignação. Já agora, o desconto requerido pela agravante se dá para fins de execução judicial, e consiste, pois, em penhora de salário, o que é vedado pelo art. 649, IV do CPC" (e-STJ fls. 225/227).

Superior Tribunal de Justiça

Como se vê, a recorrente promoveu a devida execução do título, o qual deve reger-se pelas normas próprias do processo executivo, entre as quais a regra de que o salário, soldo, remuneração ou proventos de aposentadoria são impenhoráveis, nos termos do artigo 649, IV, do CPC/1973, salvo para pagamento de prestação alimentícia.

De fato, a egrégia 1ª Seção desta Corte, pelo rito dos recursos repetitivos, em âmbito de execução fiscal, firmou a tese de que *"o bloqueio de ativos financeiros em nome do executado, por meio do Sistema BacenJud, não deve descuidar do disposto no art. 649, IV, do CPC, com a redação dada pela Lei n. 11.382/2006, segundo o qual são absolutamente impenhoráveis 'os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal'"* (REsp nº 1.184.765/PA, Rel. Ministro LUIZ FUX, julgado em 24/11/2010, DJe 03/12/2010).

Nessa linha, os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO. IMPENHORABILIDADE.

1. *'O entendimento do STJ é de que o salário, soldo ou remuneração são impenhoráveis, nos termos do art. 649, IV, do CPC/1973, sendo essa regra excepcionada unicamente quando se tratar de penhora para pagamento de prestação alimentícia.'* (AgInt no REsp 1579345/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

2. *O exame da pretensão recursal sob a alegação de que o próprio contrato firmado com a FHE autoriza a consignação em folha de pagamento, tal como colocada, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, bem como de cláusulas contratuais, providências vedadas em recurso especial, consoante os óbices previstos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.*

3. *Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 1.029, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.*

4. *Agravo interno a que se nega provimento"* (AgInt no AREsp 1.116.479/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 10/11/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - INVIÁVEL A ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL - COMPETÊNCIA DO STF - EXECUÇÃO - PENHORA ELETRÔNICA - VALORES DEPOSITADOS EM CONTA-CORRENTE DESTINADA AO RECEBIMENTO DE SALÁRIO POR PARTE DO DEVEDOR - IMPOSSIBILIDADE, RESSALVADO O ENTENDIMENTO PESSOAL DO RELATOR - FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA - MANUTENÇÃO - RECURSO IMPROVIDO" (AgRg no REsp 1298222/RO, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2012, DJe

Superior Tribunal de Justiça

30/05/2012).

"PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE VALORES EM CONTA CORRENTE. PROVENTOS DE FUNCIONÁRIA PÚBLICA. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. ART. 649, IV, DO CPC.

1. É possível a penhora 'on line' em conta corrente do devedor, contanto que ressaltados valores oriundos de depósitos com manifesto caráter alimentar.

2. É vedada a penhora das verbas de natureza alimentar apontadas no art. 649, IV, do CPC, tais como os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões, entre outras.

3. Recurso especial provido" (REsp nº 904.774/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 16/11/2011).

Assim, não há como reformar o acórdão recorrido.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator